

ANEXO II

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO -
MDA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFOR-
MA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SR- /
CONTRATO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO INSTALA-
ÇÃO - MODALIDADE AMBIENTAL/Nº

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E RE-
FORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal, criada pelo De-
creto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231,
de 23 de outubro de 1984, neste ato representado pelo Superin-
tendente Regional, doravante denominado INCRA, e o assentado(a),
Sr(a)

_____, portador(a) (nome completo) (na-
cionalidade), (estado civil),

da Carteira de Identidade Nº/Órgão Emissor _____,
e do CPF Nº _____ inscrito no Sipa sob o Código do
Beneficiário n. (_____) residente e domiciliado(a) na Parcela ou
Fração Ideal nº. ____ do Projeto _____, Mu-
nicípio/Estado _____, doravante denominado BENE-
FICIÁRIO(A), e o seu cônjuge Sr(a). _____,
portador(a) da Carteira de Identidade Nº/Órgão Emissor _____,
e do CPF Nº _____, ajustam, sob

as Cláusulas e Condições seguintes, o presente Contrato de Crédito
Instalação, na modalidade Crédito Ambiental.

Por este instrumento particular, a(s) parte(s) acima mencio-
nada(s) e qualificada(s) têm, entre si, justo e contratado a presente
operação de mútuo de dinheiro a ser liberado em parcelas mensais,
durante 24 (vinte e quatro) meses, se obrigando o beneficiário a
realização de atividades atinentes à implantação do SAF e a rea-
lização dos tratos culturais necessários, a partir da aprovação de
Projeto de Recuperação Ambiental de área de reserva legal - ARL de
parcelas e/ou assentamentos degradados, por intermédio da intro-
dução de sistemas agroflorestais - SAFs, conforme disposto na Norma
de Execução/INCRA/DD/Nº, de ____ de ____ de 2009, mediante
cláusulas, termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O INCRA, na
qualidade de promotor e executor do Programa Nacional de Reforma
Agrária, concede ao BENEFICIÁRIO(A), assentado do Projeto
_____, devidamente cadastrado sob o Código
_____, por meio deste Contrato, Crédito Ambiental, no valor
total de R\$ ____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor acima especificado será
repassado ao beneficiário em parcelas mensais de R\$ 100,00 (cem
reais), desde que atendidas as especificações do Projeto de Recu-
peração Ambiental em operação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Cada parcela será depositada
junto ao _____, sendo os valores operacionalizados
por intermédio de cartão de débito denominado CARTÃO VERDE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA OPERACIONALIZAÇÃO
DO CARTÃO - O beneficiário** deverá proceder da forma a seguir
elencada, na operacionalização de seu cartão:

a) o beneficiário terá acesso a um Cartão Verde, utilizado
exclusivamente como cartão de débito ou saque nas agências, postos
bancários ou terminais eletrônicos, mediante senha previamente de-
finida pelo Beneficiário junto à Instituição Financeira;

b) o beneficiário se compromete em zelar pelo bom uso e
guarda do cartão de débito;

c) o beneficiário deverá, a cada 06 (seis) meses, comparecer à
agência bancária para cadastrar a senha com o objetivo de garantir
maior segurança da correta utilização do cartão;

d) o beneficiário terá seu cartão bloqueado se após 180 (cento
e oitenta) dias não houver movimentação da conta e 2 (dois) anos
após a última movimentação financeira ocorrida desde que não pos-
sua saldo;

e) o beneficiário terá o cartão bloqueado nas hipóteses de
desvio, inexecução ou execução em desacordo com os normativos do
CRÉDITO AMBIENTAL e do Projeto de Recuperação Ambiental;

f) o beneficiário terá direito a até (03) cartões de débito do
Crédito Ambiental, gratuitamente, nos casos de roubo, perda e/ou
extravio, a partir daí a despesa será por conta própria;

g) o beneficiário deve comunicar imediatamente ao agente
financeiro no caso de roubo, perda ou extravio do cartão de débito;

h) o beneficiário não pagará qualquer tarifa bancária para
movimentação do cartão verde.

CLÁUSULA TERCEIRA - A concessão de crédito objeto do
presente contrato será regida pelas cláusulas deste instrumento e pela
legislação aplicável à matéria, em especial a Instrução Normativa 54,
de 22 de julho de 2009; a Norma de Execução INCRA/DD/Nº
_____, de ____; a Lei nº 4.504, de 30/11/1964, Estatuto da Terra;
a Lei nº 8.629, de 25/02/1993 e alterações posteriores; o Decreto nº
59.428, de 27/10/1966; Resolução CONAMA nº 387, de 27/12/2006;
Lei 10.522, de 19/07/2002; Lei 11.941, de 27/05/2009 e por demais
atos normativos do INCRA que disciplinem o Programa Nacional de
Reforma Agrária.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DO CRÉDITO
- O valor da operação deverá ser integralmente utilizado, de acordo
com a finalidade respectiva definida no Projeto de Recuperação Am-
biental.

CLÁUSULA QUINTA - DO FINANCIAMENTO - Os (As)
Beneficiários(as) se compromete(m) a acatar as condições estabe-
lecidas pelo presente contrato, firmado segundo as normas pertinentes
ao Programa de Crédito Instalação, cientes(s) de que os valores ora
contratados serão depositados em conta específica, sob bloqueio,
aberta exclusivamente para essa finalidade, movimentada à ordem da
Superintendência Regional à qual o Projeto encontra-se jurisdicio-
nado, liberado em parcelas mensais por crédito disponibilizado via
Cartão Verde, após monitoramento quanto às atividades desenvol-
vidas pelo empreendimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PAR-
TES:**

I - Obrigações do INCRA:

a) fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos, por meio
de Comissão de Crédito, nomeada por ato próprio do Superintendente
Regional;

b) orientar e informar aos(as) BENEFICIÁRIOS(AS) sobre
os objetivos do crédito, seus direitos e obrigações, bem como a forma
de operacionalização e comprovação perante o INCRA;

c) entregar cópia da Instrução Normativa e da Norma de
Execução do Crédito Instalação à associação ou aos representantes
dos BENEFICIÁRIOS(AS).

II - Obrigações do(a) BENEFICIÁRIO(A):

a) cumprir as etapas de execução das atividades atinentes ao
Projeto de Recuperação Ambiental;

b) ressarcir ao INCRA o valor atualizado da Cláusula Pri-
meira, com base na norma de cobrança do INCRA, vigente e nas
cláusulas seguintes deste contrato;

c) permitir o Incra (Sede, SR, Unidade Avançada) e aos
órgãos de controle acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução
do Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DO FINANCIA-
MENTO - O prazo de financiamento** do presente contrato será de 20
(vinte) anos, com 03 (três) anos de carência e 17 (dezessete) pres-
tações anuais e sucessivas, a contar da liberação da última parcela
porventura liberada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contraprestação do BENE-
FICIÁRIO(A)** será efetivada em 17 (dezessete) prestações anuais e
sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no terceiro ano sub-
seqüente, no mesmo dia e mês correspondente à data da liberação da
última parcela ao beneficiário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A título de atualização, incidirá
sobre o valor do Crédito concedido, taxa anual igual à utilizada pelo
Programa de Agricultura Familiar - PRONAF, grupo "A", em vigor
na data de assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o período de atraso su-
perior a noventa dias**, poderá, o INCRA deliberar por providências
quanto a inscrição do débito da parcela respectiva em Dívida Ativa
do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

PARÁGRAFO QUARTO - Sobre o pagamento realizado
após o vencimento da prestação anual, incidirá:

a) multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos
por cento, calculada por dia de atraso a partir do primeiro dia sub-
seqüente ao do vencimento e até o dia em que ocorrer o seu pa-
gamento, sendo o percentual de multa a ser aplicado limitado a vinte
por cento.

b) juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial
de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada
mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subseqüente
ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um
por cento no mês de pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO - DA PERMANÊNCIA DO DÉ-
BITO EM NOME DOS(AS) BENEFICIÁRIOS (AS) - Caso ocorra**
transferência de titularidade da parcela motivada por processo de
retomada do lote efetuado pelo Incra, os(as) BENEFICIÁRIO(AS)
permanecem responsáveis pelo ressarcimento dos valores do crédito
que lhe foi concedido por este instrumento.

**CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO
DAS PRESTAÇÕES ANUAIS - O pagamento das prestações anuais**
será efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU,
que deverá ser obtida pelos BENEFICIÁRIOS(AS) junto à Divisão de
Administração da Superintendência Regional vinculada ao respectivo
Projeto de Assentamento ou Órgão homólogo da Unidade Avan-
çada.

**PARÁGRAFO ÚNICO - Além da possibilidade de com-
parecimento voluntário para pagamento dos valores devidos** tratada
no caput, a cobrança poderá ser também realizada diretamente pelo
INCRA ou pelo agente arrecadador contratado para este fim, por
meio da expedição das guias de pagamento.

CLÁUSULA NONA - DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA -
É facultada ao(as) BENEFICIÁRIO(AS) a liquidação antecipada da
dívida. Neste caso, o saldo devedor atualizado a ser pago será com-
posto das prestações a vencer corrigidas pro rata temporis e das
eventuais prestações em atraso acrescidas dos encargos previstos nes-
te contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO DESCUMPRIMENTO DAS
CLÁUSULAS CONTRATUAIS - O descumprimento de qualquer**
cláusula deste contrato acarretará o vencimento antecipado da to-
talidade da dívida, corrigida e apurada na forma aqui ajustada, en-
sejando a imediata execução judicial e demais medidas legais ca-
bíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Também se aplica o vencimento
antecipado da dívida, na forma do caput deste artigo, à pessoa eli-
minada do PNRA, que tenha sido beneficiada por esta modalidade do
Programa de Crédito Instalação, em conformidade com os proce-
dimentos operacionais e administrativos referentes à seleção de be-
neficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REGULARIZA-
ÇÃO DOS DÉBITOS - Eventuais transações tendentes a facilitar a**
regularização dos débitos em atraso, não podem configurar em mu-
dança do objeto pactuado, atendo-se ao estabelecido na norma que
disciplina o Crédito Instalação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - Este
contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO - Fica elei-
to o foro da Justiça Federal** sob o qual esteja jurisdicionada a parcela
ou Fração Ideal do imóvel para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes
do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este Con-
trato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas
abaixo.

LOCAL E DATA

Superintendente Regional do INCRA

Beneficiário(a):

Identidade:

CPF:

Cônjuge:

Identidade:

CPF:

Testemunhas:

Nome:

Identidade:

CPF:

Nome:

Identidade:

CPF:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 288, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a oferta de serviços de pro-
teção social básica do Sistema Único de
Assistência Social com os recursos origi-
nários do Piso Básico de Transição - PBT,
estabelece o co-financiamento dos serviços
de proteção básica para idosos e/ou crian-
ças de até seis anos e suas famílias por
meio do Piso Básico Variável - PBV, e dá
outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe
confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição, tendo em vista o
disposto no art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com
a redação dada pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, no art. 1º
do Anexo I do Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, na Lei
nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social
- PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004,
do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema
Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução
nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS, que prevê a transitoriedade
do Piso Básico de Transição - PBT, bem como a sua futura in-
corporação aos pisos considerados permanentes por aquela norma,
quais sejam o Piso Básico Fixo - PBF e o Piso Básico Variável - PBV,
passando os recursos federais originários do PBT a co-financiar os
serviços abrangidos pelo PBF e/ou PBV;

CONSIDERANDO o Plano Decenal do Sistema Único da
Assistência Social - Plano 10, de julho de 2007, que define as metas
de "concluir 100 % da transição da oferta de serviços correlatos da
área da educação e saúde até 2008", "integrar serviços e benefícios
em todos os municípios habilitados no SUAS até 2010" e "regular o
piso de transição da proteção social básica, adequando-o ao co-fi-
nanciamento dos serviços tipicamente da assistência social, especí-
ficos aos ciclos de vida";

CONSIDERANDO a Portaria nº 442, de 26 de agosto de
2005, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -
MDS, que regulamenta os Pisos da Proteção Social Básica esta-
belecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua com-
posição e as ações que financiam;

CONSIDERANDO a Portaria nº 350, de 03 de outubro de
2007, do MDS, que dispõe sobre a celebração do Pacto de Aprí-
mramento da Gestão Estadual, apresentando como uma das prio-
ridades nacionais para o pacto a municipalização da execução direta
de serviços de Proteção Social Básica;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de
2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais -
CadÚnico, instrumento de identificação e caracterização socioeco-
nômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente
utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas
sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público;



CONSIDERANDO o Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, do MDS, que define os procedimentos para a gestão do CadÚnico;

CONSIDERANDO a Resolução nº 3, de 25 de janeiro de 2008, do CNAS, que aprova os critérios de partilha de recursos do Projovem Adolescente para o exercício de 2008;

CONSIDERANDO a Instrução Operacional nº 05, de 7 de novembro de 2008, da Secretaria Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre instruções de preenchimento do Questionário sobre a Execução do Piso Básico de Transição, disponibilizado pelo MDS;

CONSIDERANDO a Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009, do MDS, que dispõe sobre o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, resolve:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Definir que os serviços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias, ofertados pelos municípios e Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, passarão a ser co-financiados, a partir de 1º de janeiro de 2010, por meio do Piso Básico Variável - PBV, conforme as regras previstas nesta Portaria.

Art. 2º Estabelecer que os recursos federais originários do Piso Básico de Transição - PBT passarão a co-financiar os serviços abrangidos pelo Piso Básico Fixo - PBF e/ou Piso Básico Variável - PBV, a partir de 1º de janeiro de 2010, nos termos desta Portaria.

Art. 3º São elegíveis ao co-financiamento dos serviços abrangidos pelo PBF e/ou PBV com os recursos originários do PBT os municípios e o Distrito Federal que, além de serem co-financiados por meio do PBT:

I - preencheram e validaram o Questionário do Piso Básico de Transição - QPBT, nos termos da Instrução Operacional nº 05, de 7 de novembro de 2008, da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS; ou

II - justificaram o não preenchimento ou validação do QPBT e prestaram informações, acompanhadas de documentos comprobatórios, ao MDS, até 27 de maio de 2009.

Parágrafo único. A lista dos municípios e Distrito Federal elegíveis será amplamente divulgada pelo sítio institucional do MDS - www.mds.gov.br/suas.

Art. 4º O MDS apresentará a cada município e ao Distrito Federal um conjunto pré-determinado de alternativas para a oferta de cada um dos serviços relacionados no art. 6º, cabendo a cada um manifestar a opção pela oferta de cada serviço, dentre as alternativas possíveis e no limite dos quantitativos ou valores que lhe forem apresentados.

Art. 5º O valor total de recursos sobre o qual o MDS aplicará as regras específicas que geram as alternativas de serviços co-financiados, a serem apresentadas a cada município e Distrito Federal, corresponde a:

I - 100% (cem por cento) do pactuado para o PBT no Plano de Ação 2008, para os entes que informaram no QPBT ou prestaram informações na forma do art. 3º, inciso II, que executaram, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos do PBT em serviços de proteção social básica;

II - 60% (sessenta por cento) do pactuado para o PBT no Plano de Ação 2008, para os entes que informaram no QPBT ou prestaram informações na forma do art. 3º, inciso II, que executaram menos que 60% (sessenta por cento) dos recursos do PBT em serviços de proteção social básica ou para aqueles que ainda estavam financiando creches e pré-escolas com recursos do PBT.

§ 1º O valor de referência, a que se refere o caput, está condicionado à disponibilidade orçamentária do PBT para cada município e o Distrito Federal.

§ 2º Os municípios e o Distrito Federal que recebiam, além dos recursos federais repassados do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos municipais de assistência Social, recursos do PBT pelos Estados, terão os recursos repassados nos termos desta Portaria limitados ao valor repassado pelo FNAS.

§ 3º Os serviços de proteção básica co-financiados com recursos originários do PBT serão ofertados diretamente pelos municípios e pelo Distrito Federal.

§ 4º Os municípios e o Distrito Federal manifestar-se-ão sobre o aceite, ou não, das alternativas de serviços de que trata o art. 4º, em aplicativo eletrônico, por meio do preenchimento do Termo de Aceite e Opção por Serviços a serem Implantados com Recursos Originários do Piso Básico de Transição - Termo de Aceite e Opção a ser disponibilizado pelo MDS em seu sítio institucional na Internet - www.mds.gov.br/suas.

Art. 6º O co-financiamento dos serviços abrangidos pelo PBF e/ou PBV com os recursos originários do PBT obedecerá à seguinte ordem de prioridade, respeitadas as regras específicas para a oferta de cada serviço previstas nesta Portaria:

I - Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, por meio do PBF;

II - serviços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias, por meio do PBV; e

III - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, por meio do PBV.

Art. 7º A determinação das alternativas a serem apresentadas pelo MDS aos municípios e ao Distrito Federal para a oferta de cada um dos serviços considerará:

I - o montante de recursos originários do PBT disponíveis para a oferta do serviço, descontados os recursos anteriormente reservados à oferta dos serviços de maior prioridade; e

II - a demanda pelo serviço existente no município e no Distrito Federal.

CAPÍTULO II

Das regras específicas para oferta dos serviços com recursos originários do PBT

Art. 8º Os recursos originários do PBT serão destinados à oferta do PAIF pelos municípios e Distrito Federal que:

I - tenham o número total de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, subtraído o número total de famílias referenciadas ao CRAS já co-financiados pelo MDS, por meio do PBF, correspondente a, no mínimo:

- a) 1.250 famílias, para os municípios de pequeno porte I;
- b) 1.750 famílias, para os municípios de pequeno porte II;
- c) 2.500 famílias, para os municípios de médio porte;
- d) 2.500 famílias, para os municípios de grande porte;
- e) 2.500 famílias, para as metrópoles; e

II - tenham recursos originários do PBT equivalentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do recurso necessário ao co-financiamento anual de um CRAS e a 100% (cem por cento) do valor do co-financiamento dos demais, quando o MDS aferir, de acordo com o porte do município, que a quantidade mínima de CRAS é maior que um.

§ 1º A demanda por co-financiamento do PAIF será apurada por meio do inciso I do caput.

§ 2º Para ofertarem o PAIF, os municípios ou o Distrito Federal deverão estar habilitados ou se habilitarem em gestão básica ou plena do SUAS.

§ 3º Nos casos previstos no inciso II do caput, o MDS complementarará por município o valor necessário, conforme o porte de município, de forma a financiar pelo menos um PAIF.

Art. 9º Os parâmetros utilizados para aferir o número, por município e Distrito Federal, de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, de CRAS implantados e o de CRAS co-financiados pelo MDS por meio do PBF, de que trata o art. 8º desta Portaria, respectivamente, será:

I - o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico relativo ao mês de dezembro de 2008;

II - o Censo CRAS 2008; e

III - informação oficial do Departamento de Proteção Social Básica da SNAS, referente ao mês de abril de 2009.

Art. 10º Os municípios e o Distrito Federal receberão os recursos originários do PBT para a oferta do PAIF caso, em substituição ao requisito previsto no inciso I do art. 8º, tenham CRAS implantados e sem co-financiamento do MDS suficientes para atender número de famílias superior à necessidade de cobertura do PAIF.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, entende-se por necessidade de cobertura do PAIF o valor resultante da subtração do número total de famílias do município ou do Distrito Federal com renda per capita mensal de até meio salário mínimo pelo número total de famílias referenciadas ao CRAS já co-financiados pelo MDS por meio do PBF.

Art. 11º O PAIF implantado com recursos originários do PBT, conforme as regras do art. 8º desta Portaria, a partir de 1º de janeiro de 2010 será co-financiado por meio do PBF.

Art. 12º Os recursos originários do PBT serão destinados à oferta de serviço de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias pelos municípios e Distrito Federal que:

I - apresentem recursos originários do PBT após a aplicação das regras previstas para a oferta do PAIF, conforme art. 8º;

II - não alcancem os limites mínimos exigidos pelo art. 8º, I; ou

III - possuam recursos originários do PBT insuficientes para financiar pelo menos 50% (cinquenta por cento) de um PAIF, considerado o porte do município.

Parágrafo único. Para ofertar os serviços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias, os municípios e o Distrito Federal deverão estar habilitados, no mínimo, em gestão inicial do SUAS.

Art. 13º O valor máximo de recursos originários do PBT, a ser destinado para oferta dos serviços previstos no art. 12º, não poderá ultrapassar o valor obtido pela multiplicação do número de famílias existentes no município ou Distrito Federal, com idosos e/ou crianças de até seis anos e que possuam a renda mensal per capita de até meio salário mínimo, pelo valor mensal de referência deste serviço.

§ 1º O valor de referência a que se refere o caput é de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) por família com presença de criança(s) de até seis anos e/ou idoso, por município e Distrito Federal.

§ 2º O CadÚnico relativo ao mês de dezembro de 2008 fornecerá o número de famílias com pessoas idosas e/ou crianças de até seis anos que possuam a renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

§ 3º O custo anual mínimo do serviço previsto no art. 12º será de R\$12.000,00 (doze mil reais), observada a disponibilidade orçamentária.

§ 4º O MDS complementarará o valor mínimo previsto no parágrafo anterior, desde que o município ou o Distrito Federal se enquadre nas condições previstas no art. 12º.

Art. 14º O serviço previsto no art. 12º será cofinanciado, a partir de 1º de janeiro de 2010, por meio do PBV.

Art. 15. Os recursos originários do PBT serão destinados à oferta do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo pelos municípios e Distrito Federal que:

I - apresentem recursos originários do PBT após a aplicação das regras de oferta do PAIF e dos serviços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias, conforme art.(s) 8º e 12, respectivamente; e

II - tenham recursos originários do PBT equivalentes a no mínimo 70% (setenta por cento) do recurso necessário ao co-financiamento anual de um coletivo do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo e a 100% (cem por cento) do valor do co-financiamento dos demais, quando for possível ofertar mais de um coletivo.

Parágrafo único. Para ofertar o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, os municípios e o Distrito Federal deverão a ele ser elegíveis, enquadrando-se nas condições estabelecidas no parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, a seguir:

I - habilitação nos níveis de gestão básica ou plena no Sistema Único de Assistência Social;

II - existência de centro de referência de assistência social instalado e em funcionamento; e

III - demanda mínima de quarenta jovens de quinze a dezoito anos, de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes no Município, com base no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de julho de 2007.

Art. 16. Observadas as condições previstas nos incisos I e II do art. 15, será destinada a cada município e ao Distrito Federal a quantidade máxima possível de coletivos do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, a serem co-financiados com recursos originários do PBT, observada a capacidade de oferta de vagas e de referenciamento previstas na Resolução nº 3, de 25 de janeiro de 2008, do CNAS.

§ 1º Os municípios e o Distrito Federal elegíveis ao Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, na data de publicação desta Portaria, terão a capacidade de oferta, de que trata o caput, verificada por meio do Censo CRAS 2008, nos termos da Resolução nº 3, de 2008, do CNAS.

§ 2º Os municípios e o Distrito Federal não elegíveis ao Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo na data de publicação desta Portaria terão estimada a sua oferta pela capacidade máxima, conforme previsto na Resolução nº 3, de 2008, do CNAS.

Art. 17. A opção pela oferta do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo com os recursos originários do PBT não exime os municípios e o Distrito Federal dos procedimentos formais de adesão de que trata o art. 34 da Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009, do MDS, e de referenciamento dos coletivos aos CRAS antes do início das atividades, em período a ser estabelecido pelo MDS.

§ 1º Aos municípios e ao Distrito Federal que já tiverem aderido anteriormente ao Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo exigir-se-á apenas o referenciamento dos novos coletivos aos CRAS, por meio do aplicativo do Termo de Adesão e Compromisso.

§ 2º Constarão do Termo de Adesão e Compromisso do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo o quantitativo de coletivos destinado a cada município ou Distrito Federal, obedecido o disposto nos arts. 15 e 16 e os ajustes advindos da análise das informações do Censo CRAS 2009 e do Módulo de Implantação dos CRAS.

Art. 18. O serviço previsto no art. 15 será co-financiado, a partir de 1º de janeiro de 2010, por meio do PBV, nos termos da Portaria nº 171, de 2009.

CAPÍTULO III

Do Termo de Aceite e Opção

Art. 19. O MDS disponibilizará em seu sítio na Internet - www.mds.gov.br/suas - o Termo de Aceite e Opção, contendo as alternativas de serviços e quantitativos de cada município e Distrito Federal para a oferta dos serviços previstos nesta Portaria, incluindo o montante de recursos a serem destinados a cada alternativa de serviço, bem como os compromissos de gestão e de oferta com qualidade dos serviços de proteção social básica.

§ 1º A opção adotada pelo gestor de assistência social do município ou do Distrito Federal acerca dos serviços a serem implantados com os recursos originários do PBT deverá ser levada a ciência do respectivo Conselho de Assistência Social.

§ 2º Após a ciência prevista no § 1º, o gestor de assistência social de cada município e do Distrito Federal deverá:

I - preencher o **Termo de Aceite e Opção** com os serviços que ofertará, as respectivas quantidades e o montante de recursos originários do PBT destinado ao co-financiamento dos serviços por Piso;

II - assinar eletronicamente o Termo de Aceite e Opção, por meio da marcação de campo específico no formulário eletrônico, que contém as regras e os prazos para implantação dos serviços.

§ 3º O Termo de Aceite e Opção ficará disponível, no sítio institucional do MDS, acima referido, para preenchimento no período de 21 de setembro de 2009 a 31 de outubro de 2009, e as informações obtidas por meio deste aplicativo constituirão o Banco de Dados da Transição.

§ 4º O aceite restringir-se-á às opções dos serviços previstos nesta Portaria, disponíveis para cada município e Distrito Federal, bem como ao limite de recursos destinados a cada opção.

§ 5º Não será obrigatória a seleção, pelos municípios e Distrito Federal, de todas as opções de serviços, nem a integralidade de quantitativo de CRAS e de coletivo do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo a serem co-financiados.

§ 6º No caso dos serviços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias, os municípios e o Distrito Federal poderão aceitar ou não os recursos destinados ao seu co-financiamento, não sendo possível fazer aceite parcial.

§ 7º A não aceitação ou aceitação parcial de qualquer das opções de alternativas de serviços e quantitativos representará a recusa, por parte do município ou Distrito Federal, de implantação com recursos originários do PBT daquele serviço de forma parcial ou integral.

§ 8º No caso previsto no parágrafo anterior, o município ou Distrito Federal deixará de fazer jus ao recurso correspondente ao serviço não aceito, e o MDS deixará de co-financiar o ente quanto ao valor correspondente, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 20. O município ou Distrito Federal que não optar pela nova destinação dos recursos originários do PBT, deixando de preencher o Termo de Aceite e Opção no prazo estipulado, deixará de fazer jus a esses recursos, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 21. Encerrado o período de preenchimento do Termo de Aceite e Opção, as informações constantes do Banco de Dados da Transição passarão a compor o Plano de Ação de 2010, que deverá ser aprovado pelo gestor de assistência social do município ou do Distrito Federal e pelo respectivo Conselho de Assistência Social.

Parágrafo único. Caso o Conselho de Assistência Social não aprove o Plano de Ação, o co-financiamento federal para a oferta dos serviços propostos será cancelado e os recursos originários do PBT já repassados, em 2010, aos municípios ou Distrito Federal deverão ser devolvidos ao FNAS.

CAPÍTULO IV

Da Implantação dos Serviços

Art. 22. Os serviços selecionados pelos municípios e Distrito Federal, conforme preenchimento do Termo de Aceite e Opção, deverão ser implantados no mês de janeiro de 2010, exceto o Projeto Adolescente - Serviço Socioeducativo, que só será implantado após preenchimento do Termo de Adesão e Compromisso do Projeto Adolescente - Serviço Socioeducativo.

Art. 23. Os Estados acompanharão seus respectivos municípios na implantação dos serviços de que trata esta Portaria, nos termos pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

Parágrafo único. O acompanhamento dos serviços objeto desta Portaria, no Distrito Federal, será realizado pelo MDS.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 24. O PBT será extinto em 1º de janeiro de 2010.

§ 1º Os recursos do PBT poderão ser utilizados pelos municípios e Distrito Federal, até 31 de dezembro de 2009, na forma prevista pelas Portarias SEAS nº 2.854, de 19 de julho de 2000, e nº 2874, de 30 de agosto de 2000, e pela Portaria MDS nº 460, de 2007.

§ 2º Fica transitoriamente autorizada, até 31 de dezembro de 2009, a utilização dos recursos de que trata o parágrafo anterior na manutenção dos serviços e ações do PAIF.

Art. 25. A realização do aceite, o cumprimento das responsabilidades de gestão e a preparação para oferta com qualidade dos serviços de proteção social básica deverão ser efetuadas no período compreendido entre a data da publicação desta Portaria e 1º de janeiro de 2010.

Art. 26. O MDS disponibilizará, no seu sítio na Internet, orientações técnicas sobre os serviços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias.

§ 1º Nos municípios que não têm CRAS implantado, os serviços de que trata o caput deverão ser transitoriamente ofertados nos territórios de vulnerabilidade social, até que o CRAS seja implantado.

§ 2º Os municípios que se encontrarem na situação prevista no § 1º, terão, até dezembro de 2010, que implantar o CRAS e a ele referenciar os serviços de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias, sob pena de deixar de fazer jus ao co-financiamento com os recursos originários do PBT.

Art. 27. A partir de 1º de janeiro de 2010, é vedada a destinação de recursos alocados no FNAS, originários do PBT, para manutenção de pré-escola, creche e equivalentes.

Art. 28. O valor mensal total a ser repassado pelo FNAS para cada serviço obedecerá a partilha anual de recursos do co-financiamento desses serviços e o cumprimento das responsabilidades de gestão e oferta com qualidade dos serviços.

Art. 29. Os recursos originários do PBT que se enquadrarem nas hipóteses previstas no art. 19, § 8º e art. 21, parágrafo único, serão partilhados conforme pactuado pela CIT.

Art. 30. A prestação de contas dos recursos transferidos na forma estabelecida por esta Portaria obedecerá às disposições da Portaria nº 96, de 26 de março de 2009.

Art. 31. Revogam-se, a partir de 1º de janeiro de 2010: I - o art. 4º da Portaria nº 2.854, de 19 de julho de 2000, da SEAS;

II - o inciso II do art. 1º e os arts. 5º e 6º da Portaria nº 442, de 26 de agosto de 2005, do MDS; e

III - o art. 1º da Portaria nº 460, de 18 de dezembro de 2007, do MDS.

Art. 32. O art. 33 da Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009, do MDS, passará a vigorar com a seguinte redação, a partir de 1º de janeiro de 2010:

"Art. 33. O Piso Básico Variável, valor básico de co-financiamento federal, em complementaridade aos financiamentos estaduais, municipais e do Distrito Federal, nos termos da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, destina-se ao co-financiamento das ações socioassistenciais continuadas de proteção social básica:

I - do Projeto Adolescente - Serviço Socioeducativo;

II - do serviço de proteção básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias;

III - de outras ações definidas como prioritárias, nacionalmente identificadas e pactuadas entre os entes federados e deliberadas no CNAS." (NR)

Art. 33. Fica delegada competência à Secretária Nacional de Assistência Social para expedir as instruções complementares para a execução desta Portaria.

Art. 34. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRUS ANANIAS

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 171, DE 1º DE SETEMBRO DE 2009

Altera a Portaria DECEX nº 8, de 13 de maio de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da competência conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O art. 25 da Portaria DECEX nº 8, de 13 de maio de 1991, com a redação dada pela Portaria nº 235, de 7 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido da alínea "p", com a seguinte redação:

"Art. 25.

p) retorno ao País de máquinas, equipamentos, veículos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes, peças, acessórios e componentes, de fabricação nacional, que tenham sido exportadas para execução de obras contratadas no exterior nos termos do Decreto-lei nº 1.418, de 3 de setembro de 1975." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 47, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, considerando o estabelecido no Art. 3º da Resolução CAMEX nº 18, de 29 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 1º de julho de 2005, que aplicou direitos antidumping específicos a serem exigidos nas importações de policloreto de vinila, não misturado com outras substâncias, obtido por processo de suspensão (PVC-S), originárias dos Estados Unidos da América - EUA e do México, classificado no item 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, torna público:

1. De acordo com o item II.i do Anexo à Resolução CAMEX nº 18, de 2005, os preços de referência dos EUA e do México deverão ser recalculados trimestralmente, tomando-se por base a média das cotações ICIS-LOR (Independent Commodity Information Service - London Oil Reports) do último mês desse trimestre, no caso, o mês de agosto de 2009.

1.1. A média das cotações de PVC-S nos EUA, no mês de agosto de 2009, foi de US\$ 1.312,00/t (mil, trezentos e doze dólares estadunidenses por tonelada) e no México, de US\$ 1.045,00/t (mil e quarenta e cinco dólares estadunidenses por tonelada).

2. Desta forma, os preços de referência calculados para o trimestre set-out-nov/2009 são de US\$ 1.269,00/t (mil, duzentos e sessenta e nove dólares estadunidenses por tonelada) para os EUA, e de US\$ 982,00/t (novecentos e oitenta e dois dólares estadunidenses por tonelada) para o México.

3. O direito antidumping é calculado observando a fórmula do quadro na sequência, e, caso o resultado da equação a seguir seja menor ou igual a zero, não deverá ser cobrado direito antidumping.

| PAÍS | DIREITO ANTIDUMPING ESPECÍFICO (DAE) (US\$/tonelada) |
|--------|--|
| EUA | DAE = (1.269,00 por tonelada) - (1,155 x Preço CIF por tonelada) |
| México | DAE = (982,00 por tonelada) - (1,124 x Preço CIF por tonelada) |

4. O direito antidumping, no caso dos EUA, não poderá ser superior a 16% do preço CIF por tonelada de cada operação de importação, e a 18% no caso do México. Quando isto ocorrer, o valor a ser cobrado deverá se limitar a 16% do preço CIF por tonelada de cada operação de importação, no caso dos EUA, e a 18%, no caso do México.

5. Os preços de referência dos EUA e do México serão novamente recalculados para o trimestre dezembro/2009 e janeiro-fevereiro/2010. Entretanto, caso se verifique variação positiva ou negativa, igual ou superior a 10%, nas cotações médias mensais de PVC-S, nos mercados norte-americano e/ou mexicano, de acordo com as cotações da ICIS-LOR, conforme disposto no item II.ii do Anexo à Resolução CAMEX nº 18, de 2005, a atualização dos preços de referência ocorrerá imediatamente, ainda que em um período inferior a três meses.

WELBER BARRAL

PORTARIA Nº 25, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009

Altera a Portaria SECEX nº 25, de 27 de novembro de 2008.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 6.209, de 18 de setembro de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 222 da Portaria SECEX nº 25, de 27 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 222.

II - Libéria: armamento ou material bélico, incluindo munição, veículos militares, equipamentos paramilitares e peças de reposição para tais equipamentos. A vedação não se aplica a equipamento não-letal de uso exclusivamente humanitário ou defensivo, bem como à assistência técnica e ao treinamento aplicáveis a tal tipo de equipamento - Decretos nº 4.742, de 13 de junho de 2003; nº 4.299, de 11 de julho de 2002; nº 4.995, de 19 de fevereiro de 2004; nº 6.034, de 01 de fevereiro de 2007; e nº 6.936, de 13 de agosto de 2009;

V - Costa do Marfim: armas - Decretos nº 6.033, de 1º de fevereiro de 2007, e nº 6.937, de 13 de agosto de 2009;

VII - República Popular Democrática da Coreia: carros de combate, veículos blindados de combate, sistemas de artilharia de grosso calibre, aeronaves de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra, mísseis ou sistemas de mísseis; bens de luxo; e itens, materiais, equipamentos, bens e tecnologia que possam contribuir para os programas da República Popular Democrática da Coreia relacionados a atividades nucleares, a mísseis balísticos ou a outras armas de destruição em massa, conforme determinados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou pelo Comitê, em especial aqueles indicados nos seguintes documentos da ONU: S/2006/814 e S/2006/815, S/2006/816, INFCIRC/254/Rev.9/Part 1a e INF-CIRC/254/Rev.7/Part 2 - Decretos nº 5.957, de 7 de novembro de 2006, e 6.935, de 12 de agosto de 2009." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELBER BARRAL

PORTARIA Nº 26, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009

Dispõe sobre importação de cocos secos.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 6.209, de 18 de setembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica incluído o inciso VII no Anexo "B" (Produtos Sujeitos a Procedimentos Especiais) da Portaria SECEX nº 25, de 27 de novembro de 2008, com a seguinte redação:

"VII - COCOS SECOS, SEM CASCA, MESMO RALADOS - NCM 0801.11.10

a) as importações brasileiras do produto sujeitam-se às quantidades nos períodos trimestrais abaixo indicados, por força de aplicação de medida de defesa comercial na forma de salvaguarda sobre as importações iniciada por intermédio da Circular SECEX 42/2001, encerrada com a Resolução CAMEX 19, de 30 de julho de 2002, e prorrogada pela Resolução CAMEX 19, de 25 de julho de 2006:

| QUANTIDADE - toneladas | PERÍODO |
|------------------------|----------------------------|
| 1.373,75 | De 01/09/2009 a 30/11/2009 |
| 1.373,75 | De 01/12/2009 a 29/02/2010 |
| 1.373,75 | De 01/03/2010 a 31/05/2010 |
| 1.373,75 | De 01/06/2010 a 31/08/2010 |

b) o contingente relativo ao primeiro trimestre será integralmente administrado por intermédio de leilão a ser realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB conforme Termo de Cooperação Técnica nº 002, de 2009, firmado entre a CONAB e a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, limitando-se a cota máxima a ser obtida por uma mesma empresa ao equivalente a 412.250 kg do produto.

b.1) as regras para participação do leilão serão estabelecidas pelo SECEX/DECEX - Departamento de Operações de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior e divulgadas por intermédio de Edital pela CONAB.

b.2) as importações do produto estão sujeitas a licenciamento não automático, previamente ao embarque da mercadoria no exterior.

b.3) a concessão dos licenciamentos é de competência do DECEX/CGAB, devendo o importador:

b.3.1) registrar no SISCOMEX licença não automática com dados correspondentes àqueles constantes da Autorização de Venda de Terceiros - AVT obtida junto à CONAB, cujos número e data deverão ser mencionados no campo Informações Complementares; e

b.3.2) apresentar solicitação de deferimento, por meio de ofício encaminhado na forma do art. 225 da Portaria SECEX nº 25, de 2008, indicando os números da licença de importação e do correspondente AVT.